

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Processo nº 0600050-80.2022.6.21.0076 - Recurso Eleitoral

Procedência: 076ª ZONA ELEITORAL DE NOVO HAMBURGO/RS

Recorrente: PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Relator: DES. ELEITORAL NILTON TAVARES DA SILVA

PARECER

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS POLÍTICO. **DIRETÓRIO** ANUAL. **PARTIDO EXERCÍCIO** MUNICIPAL. 2021. **SENTENCA** DE DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. **OMISSÃO** NA COMPROVAÇÃO DE GASTOS. IRREGULARIDADE ALTA. **DOCUMENTOS JUNTADOS** INTEMPESTIVAMENTE. NECESSIDADE DE ANÁLISE **TÉCNICA** CONTÁBIL. **PARECER PELO** DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - RELATÓRIO.

Trata-se de recurso eleitoral na prestação de contas anual do extinto PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB de Novo Hamburgo/RS, oferecida na forma da Lei nº 9.096/95 e da Resolução TSE nº 23.604/2019, abrangendo a



movimentação financeira do exercício de 2021.

A sentença julgou **desaprovadas** as contas, com fulcro no art. 45, inciso III, da Resolução TSE n. 23.604/2019, em razão de que "embora tenha solucionado as dúvidas com relação à origem dos recursos, não comprovou a sua destinação, impossibilitando a análise da pertinência e validade dos comprovantes de gastos equivalentes a **R\$ 28.421,65** (vinte e oito mil quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos), que equivalem a **99%** das despesas no exercício". (ID 45816490)

Irresignado, o Partido alega, em síntese, que (i) foi pago e estão anexados no recurso os comprovantes de pagamentos autônomos; (ii) os valores pagos diretamente para a imobiliária e "os valores não correspondem exatamente com o rendimento porque o pagamento não era realizado em datas fixas de vencimento, havendo acréscimos de correção monetária."; (iii) a despesa de R\$100,00 estaria dentro do limite legal estabelecido pelo art. 43 da Resolução 23.607/19. Aduz, ainda, que "há que se salientar que os recorrentes não receberam recursos do fundo partidário ou do fundo especial de financiamento de campanha. Essa circunstância diminui a gravidade da conduta e reforça a viabilidade da aprovação das contas com base no princípio da proporcionalidade". Nesse contexto, "requer o provimento do recurso eleitoral e a aprovação das contas". (ID 45816499)

Após, os autos foram encaminhados a esse egrégio Tribunal e deles dada



vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral. (ID 45819586)

É o relatório. Passa-se à manifestação.

II - FUNDAMENTAÇÃO.

Não assiste razão ao Recorrente. Vejamos.

A insurgência recursal refere-se a **desaprovação das contas** por insuficiência na comprovação de gastos, de modo que, mesmo intimado para sanar falhas, o Partido não comprovou a utilização de grande parte dos valores.

Pois bem, o Parecer Conclusivo recomendou a desaprovação das contas, uma vez que havia irregularidades que somavam 99% dos valores utilizados (ID 45816468). Intimado para apresentar razões finais e os devidos esclarecimentos após parecer conclusivo, o interessado quedou-se silente.

Em fase recursal, o Partido juntou documentos a fim de sanar as falhas apontadas na sentença.

No âmbito dos processos de prestação de contas, expedientes que têm preponderante natureza declaratória e possuem como parte apenas o prestador, o TRE-RS, em casos excepcionais, com respaldo no art. 266, caput, do Código Eleitoral, tem entendido pela aceitação de novos documentos, acostados com a peça recursal e não submetidos a exame do primeiro grau de jurisdição, ainda que o interessado tenha sido intimado para se manifestar, quando sua simples leitura possa



sanar irregularidades e não haja necessidade de nova análise técnica. (Recurso Eleitoral nº 060042824, Acórdão, Relator(a) Des. AMADEO HENRIQUE RAMELLA BUTTELLI, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Data 14/10/2021)

Contudo, destaca-se que o caso em análise **não se enquadra na possibilidade excepcional de aceitação de documentos intempestivos**. Isso pois a legitimidade e transparência das contas restou prejudicada, sendo um <u>valor muito alto</u> considerado irregular, o que <u>demandaria uma análise técnica</u> sobre os documentos.

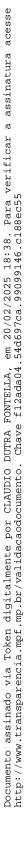
Diante disso, aplica-se a regra que, conforme precedentes do TSE, **é inadmissível a juntada de documentos na fase recursal** quando o candidato foi intimado para sanar as irregularidades, como é o caso dos autos (AgR-Al 300361, Rei. Mm. Laurita Vaz, *DJe* 22.11.2013; AgR-REspe nº 49413, Rel. Min. João Otávio de Noronha).

Assim, não deve prosperar a irresignação, mantendo-se a sentença pela desaprovação das contas, nos termos do art. 45, inciso III, da Resolução TSE n. 23.604/2019.

III - CONCLUSÃO.

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **desprovimento** do recurso.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2025.





CLAUDIO DUTRA FONTELLA

Procurador Regional Eleitoral